



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

GEISIANE ALVES XAVIER CAVALCANTI

O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NO ENADE

**JOÃO PESSOA
2021**

GEISIANE ALVES XAVIER CAVALCANTI

O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NO ENADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito complementar para obtenção do título de Licenciatura em pedagogia, sob orientação do professor Dr. Paulo César Geglio.

João Pessoa, 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C376d Cavalcanti, Geisiane Alves Xavier.

O desempenho dos estudantes de Pedagogia no ENADE /
Geisiane Alves Xavier Cavalcanti. - João Pessoa, 2021.
54 f. : il.

Orientação: Paulo César Geglio.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia)

- UFPB/CE.

1. ENADE. 2. Avaliação do ensino superior. 3.
Desempenho dos estudantes. 4. Pedagogia. I. Geglio,
Paulo César. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 378.046(043.2)

TERMO DE APROVAÇÃO

GEISIANE ALVES XAVIER CAVALCANTI

**O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NO ENADE: ANÁLISE DO
DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA NAS PROVAS DO ENADE 2017.**

Monografia aprovada, como requisito parcial à obtenção de grau de Licencianda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo César Geglio
Orientador UFPB/CE/DHP

Profa. Dra. Idelsuite de Sousa Lima
Avaliadora UFPB/CE/DME

Profa. Dra. Maria Helena Ribeiro Maciel
Avaliadora UFPE/CE/DHP

João Pessoa
01 de dezembro de 2021

Dedico este trabalho a todos que direta ou indiretamente me ajudaram nessa árdua caminhada. Em especial aos meus pais, meu esposo e meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu Deus por ter me permitido chegar até aqui. Foram muitas lutas e desafios diários enfrentados durante toda a jornada acadêmica. Assistir aula após uma jornada dupla de trabalho não foi fácil, mas Deus me deu forças para superar o cansaço e alcançar o tão sonhado curso superior.

Agradeço com muito carinho ao meu esposo Gleison Ladislau por todo o apoio, paciência e compreensão durante esses cinco anos de estudo. Por entender minha ausência nos momentos necessários e me apoiar para continuar essa árdua jornada. Também por suportar meu estresse muitos dos dias, durante a elaboração deste TCC. Seu apoio foi fundamental para que eu conseguisse chegar até o final. Serei eternamente grata. Gratidão também a minha sogra e minha cunhada por todo incentivo.

Gratidão em especial ao meu padrasto José Ednaldo (*in memoriam*), que sempre me apoiou e nos momentos em que eu falava em desistir do curso ele dizia que eu não devia fazer isso, que seria difícil mais eu iria conseguir. Infelizmente por consequência do Covid-19 ele não estará aqui para ver que realmente eu consegui.

Agradeço a toda a minha família por acreditarem em minha capacidade, em especial aos meus pais. A minhas irmãs Letícia e Gerlane por estarem sempre me apoiando e nunca permitirem que eu desistisse. Ao contrário, elas sempre me motivaram e me fizeram acreditar que seria possível. A vocês expressei minha gratidão.

Gratidão ao meu orientador Professor Paulo César Goglio por ter confiado em mim durante todo esse percurso, inicialmente no Prolicen e depois no Pibic. Meu muito obrigado pela paciência comigo, compreendendo sempre minhas limitações e apoiando em tudo. Agradeço também por ter aceitado me orientar durante este trabalho.

Quero expressar minha gratidão aos colegas da minha turma 2015.2. Eu não poderia ter tido uma turma melhor que essa. Agradeço em especial a minha amiga Érika Karolyne que esteve ao meu lado durante todo o percurso. Você foi sem dúvida alguma um presente de Deus na minha vida. Amiga obrigada por estar sempre ao meu lado me apoiando, incentivando e ouvindo minhas reclamações de cansaço e de anseio por desistência do curso (rsrsrsrs). Gratidão também as minhas amigas Aurilene, Ângela, Mariza, Gleeciany, Tatyane, Priscilla e Luciana. Gratidão por toda amizade e companheirismo durante essa jornada. Ao meu amigo Weverson Bezerra também quero externar minha gratidão pela ajuda e apoio neste trabalho. Gratidão também a minha amiga Mira por todo o apoio e orientação.

Minha gratidão a todos os professores que me acompanharam durante essa jornada. Cada um ocupa um lugarzinho especial em meu coração e os levarei comigo pelo resto da vida.

“Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas para aprender. ”

Paulo Freire

RESUMO

Neste trabalho nos propomos a examinar o desempenho de estudantes do curso de pedagogia do Brasil na prova do Enade, do ano de 2017, no que se refere aos temas/assuntos que apresentaram uma maior dificuldade. Nossa intenção é evidenciar o conteúdo dessas questões no sentido de perceber quais assuntos podem ser considerados difíceis. O interesse em investigar esse assunto emergiu do nosso envolvimento com o trabalho de pesquisa sobre o desempenho de estudantes dos cursos de licenciatura no Enade, que vimos realizando desde 2018, como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). A pesquisa realizada foi de caráter documental com metodologia quanti-qualitativa. A fonte para coleta dos dados foi o relatório síntese que consta no site do Inep. Inicialmente coletamos os dados gerais, em seguida os dados referentes as questões consideradas difíceis e muito difíceis, depois elaboramos gráficos e quadros para uma melhor visualização dos dados. Os resultados na nossa pesquisa apontam para um desempenho insatisfatório. No entanto outros fatores externos precisam ser considerados, não apenas a prova em si. Esses dados alertam sobre a qualidade da formação dos pedagogos, pois para que os alunos da educação básica possam ter um ensino de qualidade é necessário a intervenção de um bom professor.

Palavras-chave: Enade; Avaliação do ensino superior; Desempenho; Pedagogia.

ABSTRACT

In this work, we propose to examine the performance of students from the pedagogy course in Brazil in the 2017 ENADE test, with regard to the themes/subjects that presented the greatest difficulty. Our intention is to highlight the content of these questions in order to understand which subjects can be considered difficult. The interest in investigating this matter emerged from our involvement in the research work on the performance of students in undergraduate courses at Enade, which we have been carrying out since 2018, as a scholarship holder of the Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (Pibic). The research carried out was of a documentary character with a quantitative-qualitative methodology. The source for data collection was the synthesis report on the Inep website. Initially, we collected general data, then data referring to issues considered difficult and very difficult, then we created graphs and tables for a better visualization of the data. The results in our survey point to an unsatisfactory performance. However, other external factors need to be considered, not just the evidence itself. These data warn about the quality of training for pedagogues, as for students in basic education to be able to receive quality education, the intervention of a good teacher is necessary.

Keywords: Enade; Higher education assessment; Performance; Pedagogy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de alunos inscritos, presentes e ausentes.....	27
Gráfico 2 - Percentual de acerto nas questões de formação geral.....	29
Gráfico 3 - Percentual de acerto nas questões de formação específica.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de questões da prova.....	28
Quadro 2 - Maiores erros relacionados à língua português/gramática.....	31
Quadro 3 - Questões classificadas como difíceis e muito difíceis.....	33
Quadro 4 - Conteúdo das questões de conhecimento específico.....	34
Quadro 5 - Dificuldades encontradas pelos estudantes.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Questão discursiva 01.....	32
Figura 2 - Questão objetiva 35.....	38

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENC – Exame Nacional de Curso

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira

PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	16
2.1 GERAL	16
2.2 ESPECÍFICOS	16
3. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	17
4. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES) 20	
4.1 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)	21
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
6. ANÁLISE DOS DADOS	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	45

1. INTRODUÇÃO

É perceptível na atualidade a expansão das instituições de ensino superior em nosso país e na quantidade ingressantes e concluintes. O mercado de trabalho está cada dia mais exigente em relação a formação humana, o que explica esse aumento na procura por cursos universitários. E, conseqüentemente o aumento na quantidade de instituições de ensino superior, sobretudo no setor privado.

Segundo Ristoff (2016), em 2014, de um quantitativo de 2.368 instituições de ensino superior, apenas 13% eram pertencentes ao sistema público, o que revela significativa participação do setor privado. Em nosso entendimento, esse é um dos fatores que mostra a relevância de exames como o Enade, ou seja, uma avaliação que verifica o desempenho dos estudantes, como forma de perceber a contribuição da instituição no processo de formação deles.

Com essa perspectiva, nesse trabalho, nos propomos a examinar o desempenho de estudantes de curso de pedagogia do Brasil na prova do Enade, do ano de 2017, no que se refere aos itens (questões) que os estudantes tiveram mais dificuldade em responder, com a perspectiva de evidenciar os temas (assuntos) abordados nesses itens. Nossa intenção é evidenciar o percentual de questões em que os estudantes tiveram mais dificuldade em responder e analisar o conteúdo dessas questões no sentido de perceber quais assuntos podem ser considerados difíceis. As perguntas norteadoras do nosso trabalho são: como foi o desempenho dos estudantes do curso de pedagogia no Enade 2017? Quais os temas/assuntos em que eles apresentaram maior dificuldade? Quais as possíveis causas das dificuldades nas respostas?

O interesse em investigar esse assunto emergiu do nosso envolvimento com o trabalho de pesquisa sobre o desempenho de estudantes dos cursos de licenciatura no Enade, que vimos realizando desde 2018 como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Nesses dois anos de estudos sobre o tema analisamos o desempenho dos estudantes em dez cursos de graduação, e agora aprofundamos nossos esforços no curso de pedagogia em função de ser nossa área de formação. Também associamos o interesse em entender um pouco mais sobre os aspectos relativos à formação inicial do pedagogo, assim como as carências formativas que dizem respeito aos saberes e competências profissionais. Diante da dimensão do percentual de erros em algumas questões, fato que já verificamos em estudos anteriores, pretendemos analisar possíveis lacunas existentes no processo de formação acadêmica dos estudantes desse curso, no sentido de estimular a reflexão acerca dessa

formação, assim como provocar o questionamento sobre o próprio exame e suas características e configuração.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), se configura como componente curricular dos estudantes de ensino superior, portanto, um item necessário na conclusão do curso, se classificando deste modo como uma exigência institucional. Assim, se torna obrigatória a participação de todos que estão concluindo o curso. Não obstante, o que percebemos entre os colegas de cursos é que eles só tomam conhecimento sobre o que é o Enade quando recebem a informação da coordenação do curso sobre a necessidade de realizar a prova. Posso falar isso por experiência própria com meus colegas de curso. Eu mesma só tive conhecimento sobre o Enade quando fui convidada para participar do Pibic, anteriormente nunca tinha ouvido falar do assunto. Do mesmo modo os colegas de sala, quando eu mencionava algo sobre o Enade eles me demonstravam total desconhecimento.

Esse trabalho tem relevância pelo fato de se constituir em uma fonte de consulta para futuras produções investigativas sobre o assunto, visando, por um lado, contribuir para orientação dos professores e os estudantes dos cursos de licenciatura quanto ao Enade, e, de outro, servir de dados para que as instituições de ensino superior possam observar possíveis lacunas no percurso formativo dos estudantes dos cursos de Pedagogia.

Nossa intenção com essa pesquisa é contribuir apresentando dados e análises de modo que possam subsidiar o aperfeiçoamento do sistema avaliativo do ensino superior, sobretudo no que diz respeito à formação do pedagogo, considerando que a formação do profissional de pedagogia impacta diretamente na qualidade do processo de aprendizagem dos estudantes da educação básica, pois para um bom desempenho do profissional é necessário boa formação inicial.

Nosso trabalho está estruturado na seguinte forma: inicialmente expomos o referencial teórico com uma breve trajetória da avaliação do ensino superior no Brasil, em seguida explicamos como ocorreu o percurso metodológico para realização do trabalho, logo após iniciamos a discussão dos dados e finalizando trazemos as considerações finais.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- ✓ Analisar o desempenho dos estudantes do curso de pedagogia nas provas do Enade 2017.

2.2 Objetivos específicos

- ✓ Evidenciar os assuntos e questões que são apresentados nas provas do Enade do curso de pedagogia.
- ✓ Identificar os temas de maior dificuldade enfrentada pelos estudantes ao responder a prova do Enade.
- ✓ Quantificar as dificuldades dos estudantes em relação aos assuntos apresentados na prova do Enade.

3. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A avaliação da educação superior passou ser destaque ainda na década de 1980, quando teve início o primeiro ciclo de expansão dessa instituição. Com isso emergiu a preocupação com a qualidade do ensino e com a permanência dos estudantes em sala de aula.

O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru) de 1983, desenvolvido pelo governo militar com iniciativa do Conselho Federal de Educação, foi criado com a intenção de fazer uma avaliação de todo o sistema educacional superior de forma comparativa e diagnóstica. Formou-se um grupo gestor para fazer a gestão do programa e cumprir os seus objetivos. Zainko (2008, p. 828) observa que:

O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), de 1983, é produzido a partir de levantamento de dados e apreciação crítica da realidade da educação superior nacional, mediados por estudos, discussões e pesquisas, com a finalidade de realizar uma avaliação comparativa de todo o sistema.

O Paru tinha a intenção de fazer uma investigação sistemática da realidade da educação superior, por meio de estudos, debates e pesquisas. (BARREYRO E ROTHEN, 2008). Para isso era necessária a participação da comunidade acadêmica e de outros setores externos, para que se cumprisse os objetivos do programa e se consolidasse as expectativas em relação ao papel da universidade. Este programa foi considerado o precursor das experiências em sistemas de avaliação da educação superior em nosso país.

No ano seguinte (1984), ocorreu a desativação do programa e em seguida foi criada a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, ela ficou conhecida como a Comissão de Notáveis. Essa comissão composta por 24 membros, entendia que a avaliação era um item essencial ao ensino superior, de modo que se fazia consultas a comunidade universitária para propor soluções aos problemas provenientes da educação superior. Conforme Zainko (2008, p. 828), a comissão apresentou um relatório destacando que um dos maiores problemas da educação superior no Brasil era a falta de parâmetros em relação a uma política de alocação de recursos que servisse como base para fortalecer as instituições.

Nos parágrafos iniciais do relatório, a comissão informou que não havia fórmulas mágicas e que também a elaboração de uma nova lei não resolveria os problemas do ensino superior no Brasil. (BARREYRO E ROTHEN, 2008). O relatório sinalizava ainda que as avaliações do ensino superior deveriam feitas em várias dimensões: avaliação dos cursos, avaliação dos alunos; avaliação dos professores; avaliação didático-pedagógica do ensino; avaliação de servidores técnicos e administrativos; e avaliação das carreiras.

O Ministério da Educação (MEC) no ano de 1986 reuniu cinco pessoas que já exerciam funções em seu ministério para atuar no Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). O referido grupo foi criado com a intenção de fazer uma reformulação em toda a educação superior, usando como base o relatório final emitido pela Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. (BARREYRO E ROTHEN, 2008). O objetivo principal do documento do Geres era a elaboração de uma proposta que aumentasse a eficiência das instituições de ensino superior federais, possibilitando mais autonomia universitária e a avaliação da responsabilidade social dela. Para o Geres o fator que definiria a universidade não seria a pesquisa nem a universalidade dos campos do saber, mas a autonomia didática, administrativa e financeira. Desta forma, a ideia defendida pelo grupo era autonomia. Também compreendia que o sistema universitário deveria ser flexibilizado, atuando tanto na formação inicial, como no campo da pesquisa.

Em 1999 com a intenção de desenvolver a produtividade e a eficiência das instituições de ensino superior, foram implementadas, no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, comissões de especialistas de ensino. No entanto com a saída de Collor e atendendo a uma solicitação da comunidade universitária surgiu a Comissão Nacional de Avaliação, cujo papel era estabelecer diretrizes sobre a criação de um processo avaliativo institucional das universidades. Naquele momento foi criado por esta comissão o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Brasileira (Paiub). Segundo menciona Zainko (2008, p. 829):

Neste modelo avaliativo, cabe ao MEC articular, viabilizar e financiar a avaliação da educação superior, estimulando a adesão voluntária das instituições a esta prática avaliativa. A avaliação é compreendida enquanto um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente.

O programa tinha como objetivo uma avaliação das instituições de ensino superior para verificar se atendia as demandas exigidas pelo MEC. As instituições deveriam ter: um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade. (BARREYRO E ROTHEN, 2008). Algumas ideias do Paiub nos lembram as do Geres, como, por exemplo a avaliação como uma ferramenta de gestão e planejamento da universidade. Desta forma, o principal objetivo da avaliação do desempenho no ensino superior estava ligado ao aperfeiçoamento acadêmico e social, culminando na melhoria da qualidade das ações realizadas pela universidade.

A proposta do Paiub defendia a adesão voluntária das universidades e a autoavaliação em todas as dimensões da instituição com o complemento da avaliação externa. Este programa teve sua significativa contribuição no processo histórico das avaliações do ensino superior brasileiro, promovendo mudanças e recebendo adesões de muitas instituições. No entanto com as mudanças de governo, o Paiub se tornou inadequado para atender as necessidades das demandas do MEC em relação aos dados do sistema de educação superior.

Após o encerramento do Paiub, em 1995, foi criado o Exame Nacional de Cursos (ENC) conhecido também como Provão, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com a chegada no ENC foram adotadas avaliações anuais com exames nacionais que tinham como base os conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso de graduação. (ZAINKO, 2008). Os conteúdos eram previamente informados para que o estudante tivesse conhecimento dos assuntos que seriam abordados na prova. O objetivo do exame era verificar os conhecimentos e competências adquiridas ao longo do curso, pois ocorria quando o estudante estava na fase de conclusão do curso. Conforme Verhine, Dantas e Soares (2006, p. 294):

A legislação que criou o Provão determinou que exames escritos fossem aplicados anualmente, em todo o território nacional, a estudantes concluintes de cursos de graduação. Embora precedido por outras iniciativas buscando fomentar a avaliação do ensino superior no Brasil, foi a primeira política desta natureza a ser aplicada de forma universal e obrigatória (condicionada à liberação do diploma).

Aos poucos o provão foi aplicado para todos os cursos de graduação do Brasil. Com isso avaliando a qualidade do ensino ofertado, dos professores e das instalações físicas das universidades. A responsabilidade pelo processo de avaliação do ensino superior sempre ocorreu pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o mesmo órgão que realiza o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que hoje é a porta de acesso à universidade.

Mesmo sendo um sistema oriundo do governo do Presidente FHC, o provão foi continuado no governo posterior exercido pelo partido dos trabalhadores durante o seu primeiro ano de mandato. Porém conforme Verhine, Dantas e Soares (2006, p. 294), em 2003 começaram a surgir críticas ao Provão, que constam no relatório técnico do ano citado. No entanto em paralelo a atuação do Provão, foi criado um sistema de avaliação do ensino superior o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes).

4. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi criado no período do governo de Luiz Inácio Lula, no ano de 2004, encerrando assim uma série de possibilidades já existentes comparando à sistemática no governo de FHC. (PARU, GERES, PAIUB). Este novo sistema retomou algumas diretrizes e princípios que existiam no Paiub, como, por exemplo, o compromisso formativo da avaliação, a globalidade, a integração orgânica da autoavaliação com a avaliação externa, a continuidade e a participação ativa da comunidade. (RISTOFF E GIOLO, 2006).

O sistema surgiu com a função de unificar os instrumentos de avaliação entre si, de modo que as avaliações do ensino superior ocorressem de forma integrada. O Sinaes foi implantado com a ideia de que em cada IES havia uma possibilidade diferenciada. Com isso percebeu a necessidade de atender tanto ao sistema educacional superior como um todo e também a cada instituição de forma peculiar. Conforme afirma Brito (2008, p. 841- 842):

A avaliação, quando concebida como um processo dinâmico, pode ser usada como referencial para que as Instituições de Educação Superior disponham de evidências empíricas não apenas de suas debilidades, mas também de suas potencialidades e de suas realizações. Conhecendo e dando a conhecer os elementos que integram e interagem em cada IES, é possível transformá-la em direção às metas almejadas, organizando a instituição de modo que esta atue e forme profissionais engajados e comprometidos com uma sociedade em constante mudança.

Desta forma a avaliação deve servir como um parâmetro para que a instituição possa analisar os pontos positivos e as áreas em que exista uma necessidade de reformulação e melhoria, para oferecer qualidade de ensino cada vez melhor aos estudantes. Sobre isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atribui o dever de autorizar e reconhecer o funcionamento das instituições de ensino superior ao Governo Federal. Nesse sentido, faz uma vinculação entre o processo regulatório e o processo avaliativo, fomentando na necessidade da criação e realização de exames com a finalidade de aferir os rendimentos dos estudantes. Conforme determinação do art. 46 da LDB:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Conforme registrado na LDB, surge a necessidade da criação das avaliações em larga escala para analisar o desempenho dos estudantes e assim também o rendimento das universidades. Desta forma garantindo uma educação de qualidade para todos.

O Sinaes tem como objetivo a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil, orientando sobre a expansão dos cursos, aumentando a eficácia institucional, efetividade acadêmica e social, promovendo o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições. Desta forma, valorizando a missão pública da promoção de valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade. (ZAINKO, 2008). Os resultados das avaliações feitas pelo Sinaes constituirão o referencial para os processos de regulação e supervisão dos cursos de ensino superior. Da mesma forma o credenciamento de novas instituições, bem como a autorização de funcionamento de cursos, e os credenciamento e renovação de reconhecimento também serão baseados nos indicadores do sistema. Sobre isso, Recktenvald e Silveira (2005), são bem diretivos ao dizer que o Sinaes se configura como um programa de avaliação do ensino superior, e tem como finalidade o acompanhamento da evolução da qualidade do ensino superior permitindo que o MEC possa dirigir o processo de credenciamento, renovação de credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação no Brasil.

Avaliação institucional, avaliação de cursos e avaliação do desempenho dos estudantes, são os três componentes em que o Sinaes atua avaliando. Segundo Ristoff e Giolo (2006 p. 205), “O Sinaes, tal qual concebido e em processo de execução tem, pois, três olhares: um olhar sobre a instituição, um olhar sobre o curso e um olhar sobre o estudante”. A avaliação institucional é uma avaliação externa que é realizada por uma comissão de avaliadores capacitados pelo Inep, que vai até a instituição para fazer o procedimento. A avaliação de curso também ocorre dessa forma, em que uma comissão se desloca até a instituição para autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de um determinado curso. Os estudantes, por sua vez, são avaliados pelo Enade. Trata-se de uma avaliação de desempenho, a qual os concluintes são submetidos. A avaliação de desempenho dos estudantes ocorre por meio de um exame em larga escala que é aplicado àqueles que se enquadram dentro das normas vigentes na legislação. (BRITO, 2008). Para o Sinaes a avaliação de curso está articulada com a avaliação institucional e a avaliação da formação acadêmica e profissional do estudante deve ser entendida com uma apreciação da qualidade do curso, sendo levado em conta também a realidade da instituição.

4.1. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

O Enade foi instituído por meio da Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004, mesma que criou o Sinaes. Os seus objetivos são, a permanente busca pela melhoria na qualidade da

educação superior, expansão e o acompanhamento da oferta dos cursos de graduação em todo nosso país. Segundo Griboski (2012, p. 180):

Com a implementação do Sinaes, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) passou a substituir o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, criado pela Lei n. 9.131/1995 e aplicado, no período de 1996 a 2003, apenas aos estudantes concluintes e com o objetivo de avaliar os respectivos cursos de graduação.

A respeito do Enade, Brito (2008), afirma que esse exame não chegou para substituir o Provão ou ser confundido com ele, pois trata-se de um exame feito pelos ingressantes e concluintes que nos permite analisar o desempenho dos estudantes se tratando de outro paradigma. A concepção sustentada pelo Enade destaca que a avaliação de curso está articulada com a avaliação da instituição, levando em consideração a formação acadêmica e profissional dos professores, pois, todo esse conjunto de instrumentos visa garantir a qualidade do ensino. Os cursos de formação superior têm a função de desenvolver as habilidades e potencialidades dos estudantes, conduzindo-os a ser um profissional competente.

Existe uma certa resistência dos estudantes dos cursos de graduação superior em relação ao Enade, eles reclamam de não haver estímulo em realizar a prova que, é longa e complexa. Também pelo fato do exame acontecer em cada área de conhecimento a cada 3 anos, o que leva a alguns estudantes não passarem pela experiência de responder a prova, enquanto outros são obrigados a fazê-la. Conforme Matos, Chagas e Menezes (2016), alguns estudantes chegam a alegar que o exame é mal elaborado, que não serve para avaliar o curso e que estão perdendo tempo fazendo a prova.

A prova do Enade é composta por 40 questões, sendo 10 de conhecimento geral comum a todos os cursos e 30 questões de conhecimento específico, formuladas com o objetivo de auferir as habilidades acadêmicas do estudante, suas competências profissionais da sua área, o conhecimento acerca dos conteúdos básicos, como também questões transdisciplinares. A prova é realizada a cada três anos. No caso dos cursos de licenciatura, nosso interesse nessa pesquisa, as provas foram realizadas nos anos de 2005, 2008, 2011, 2014, 2017 e ocorrerá agora em 2021, pois devido a pandemia causada pela Covid-19 não foi possível ser realizado o exame no ano de 2020. Inicialmente o Enade era aplicado a estudantes ingressantes e concluintes, acompanhando o processo de aprendizagem do início ao fim do curso. No entanto, a partir do exame de 2011, apenas estudantes concluintes realizam a prova, e a nota dos ingressantes passou a ser baseada no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A prova do Enade tem duração de 4 horas e se caracteriza por questões discursivas e de múltipla escolha. No ano de 2017, em relação a prova referente ao curso de licenciatura em Pedagogia, foco da nossa análise, as questões de conhecimento específico foram divididas em três discursivas e vinte e sete de múltipla escolha, enquanto para as questões de conhecimento geral foram duas discursivas e oito de múltipla escolha. É um exame elaborado por especialistas das diferentes áreas do conhecimento humano, e tem como base o perfil do curso em questão. Os conteúdos abordados na prova são aqueles em que o estudante teve conhecimento durante sua jornada acadêmica. O conteúdo das provas é elaborado de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso. Porém alguns estudantes alegam não ter visto determinado assunto durante o percurso formativo. As questões do exame são de baixa, média e alta complexibilidade, de modo a compreender as várias etapas da formação do estudante. As questões de conhecimentos gerais abordam temáticas sobre o mundo em que vivemos, questões de ética e cidadania, que são consideradas pelos especialistas que as formulam como necessárias para a formação de todos os estudantes, independente da área de especialização. São questões que avaliam tanto a formação profissional como o aspecto humano.

Não é apenas a avaliação feita pelo estudante que define a nota de determinado curso. Ela é composta por uma junção da nota do desempenho do estudante e a nota da avaliação *in loco* que é feita periodicamente por comissões formadas por especialistas na área do curso de graduação a ser avaliado. Segundo Griboski (2012, p.188):

Somam-se ao conceito Enade outros insumos e medidas que compõem a avaliação, além do conceito resultante do relatório das visitas *in loco* a cursos de graduação e instituições. Dentre esses insumos, está a titulação de docentes, o tempo dedicado para o desenvolvimento do projeto pedagógico, as produções acadêmicas, a infraestrutura, as metodologias e tecnologias educacionais, a qualidade de laboratórios, as bibliotecas e os demais espaços educacionais e de convivência na instituição.

Na realidade são vários aspectos avaliados pelo Enade. Além da esfera pedagógica e a formação dos professores, há a parte estrutural da instituição de ensino superior. Diferentemente do que acontecia no Exame Nacional de Cursos, o Enade solicita aos estudantes que irão se submeter às provas o preenchimento de um questionário socioeconômico-cultural, de forma a compreender como os estudantes visualizam o curso ao ingressarem na instituição e como visualizam depois de concluírem sua formação. Do mesmo modo, os coordenadores dos cursos também preenchem um questionário. Todos estes questionários são preenchidos de forma *on-line*.

Para Ristoff e Limana (2007), o Enade possui algumas características diferentes em relação ao antigo Exame Nacional de Cursos. As diferenças estão no tipo do exame, no destinatário, na periodicidade, na forma de aplicação, no tipo de resultado produzido, no uso dos resultados, no questionário aplicado aos estudantes, entre outros aspectos. Com isso, podemos dizer que o Enade apresenta diversas inovações em relação ao Exame Nacional de Cursos.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa é descritiva, de natureza quanti-qualitativa e de caráter documental. É descritiva, pois é, segundo Gil (1999), um tipo de pesquisa que tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. É documental porque a legitimidade das fontes coletadas são relatórios que apresentam um evento multidimensional acerca de uma determinada população ou dados e são disponibilizados por uma instituição pública. Conforme Gil (1999), a pesquisa documental, é aquela na qual os dados são obtidos de maneira indireta, ou seja, por meio de livros, jornais, relatórios, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, essas fontes documentais evitam desperdício de tempo e constrangimento, possibilitando obter quantidade e qualidade de dados suficiente para a realização pesquisa.

A abordagem quantitativo-qualitativa, para Malhotra (2001), deve ser encarada como complementares a favor do objeto de estudo, o que fazemos em nossa pesquisa, uma vez que pretendemos apresentar volume expressivo de dados sobre determinado evento, com análises referenciadas em torno de questões pertinentes ao mesmo. Vários pesquisadores têm se dedicado a examinar o sistema de avaliação do ensino superior de forma geral, dentre eles: Barreyro e Rothen, (2008), Brito (2008), Griboski (2012), Matos, Chagas e Menezes (2016), Recktenvald e Silveira (2005), Ristoff e Giolo (2006), Ristoff e Limana (2007), Verhine, Dantas e Soares (2006), Zainko (2008).

Nossa intenção nesse trabalho de conclusão de curso (TCC), é evidenciar o desempenho dos estudantes do curso de pedagogia nas provas do Enade. Para isso, usamos como fonte da nossa pesquisa os dados dos ‘Relatórios Síntese’ do Enade do ano de 2017, que estão disponíveis no ambiente virtual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para a captura dos dados, iniciamos com o acesso à base de dados do Inep, onde é público o acesso aos relatórios síntese do Enade de todos os cursos que passaram por avaliação ao longo de uma década.

Inicialmente registramos as informações gerais, como quantidade de inscritos na prova, amostra utilizada, quantidade de estudantes presentes e ausentes para realizar a prova. Também apresentamos o volume de questões da prova, questões objetivas e discursivas, tanto aquelas de conteúdos específicos da formação profissional, quanto aquelas de conhecimentos gerais.

Na sequência, procedemos ao levantamento das questões que foram consideradas ‘difíceis’ e ‘muito difíceis’, segundo o grau de facilidade que consta no próprio relatório do

Inep. Nessa etapa visamos identificar quais as maiores dificuldades dos estudantes ao realizar a prova, segundo os apontamentos dos avaliadores que estão registrados no relatório.

Em seguida extraímos do relatório os temas que foram abordados em cada questão da prova, com o intuito de evidenciar quais destes temas os alunos apresentaram uma maior dificuldade no momento de responder. Do mesmo modo elencamos quais dificuldades os estudantes tiveram ao responder cada questão, de acordo com as habilidades e competências exigidas.

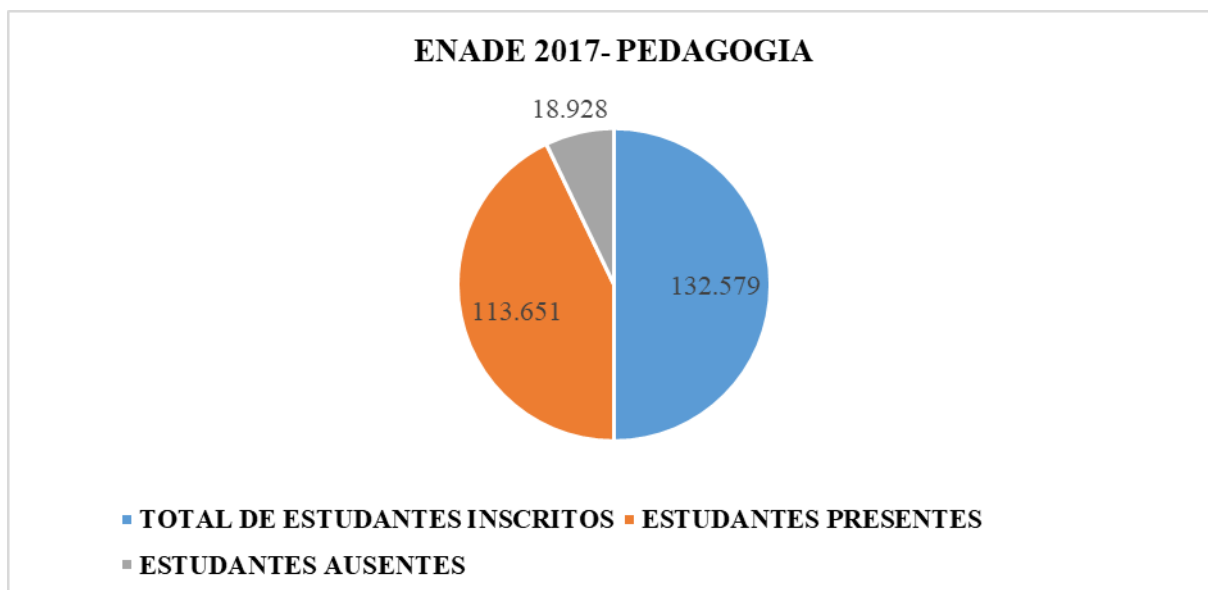
Os dados quantitativos foram agrupados e expressos em tabelas e gráficos, visando possibilitar um modelo comparativo entre eles, assim como possibilitar melhor compreensão dos resultados da pesquisa. Quanto à análise dos dados, nos concentramos em discutir aspectos relativos aos conteúdos apresentados na prova, bem como o quantitativo de erros, com a perspectiva de relacionar o percurso formativo dos estudantes, sua passagem pelo curso de pedagogia, as características da profissão, assim como a própria natureza do exame (Enade).

6. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos nossa análise dos dados coletados sobre o desempenho dos estudantes de Pedagogia no Enade referente ao ano de 2017. Iniciamos a análise com a coleta dos dados quantitativos gerais constantes no relatório síntese disponibilizado no site do Inep. Em seguida nos aprofundaremos nas temáticas que os estudantes mais apresentaram dificuldade ao responder a prova. Também serão utilizados gráficos, quadros e ilustrações para facilitar a compreensão da nossa análise.

A prova foi aplicada em um domingo dia 27 de novembro, aos estudantes dos cursos de Pedagogia, com duração total de 4 (quatro) horas, apresentou questões discursivas e de múltipla escolha, relativas ao conhecimento geral, comum aos cursos de todas as áreas do conhecimento, e ao componente específico da área de Pedagogia. Em relação ao quantitativo de estudantes, foram inscritos para fazer a prova 132.579, porém 18.928 estudantes não compareceram aos locais de prova. Assim, um quantitativo de 113.651 estudantes esteve presente no exame. Conforme dados constantes no gráfico 1, há um percentual de quase 15% de ausência de estudantes, por diversos motivos, que não constam nos relatórios, porém sabemos que vários fatores podem influenciar na ausência do estudante.

Gráfico 1: Quantidade de estudantes inscritos, presentes e ausentes



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

No que se refere à quantidade de questões constantes na prova, são 40 no geral, 10 primeiras de conhecimento geral, comum para todos os cursos avaliados no ano de 2017, e 30 de conhecimento específico. Cinco questões são discursivas, sendo duas de conhecimento geral e três de conhecimento específico, para essas questões é apresentado um texto dissertativo para resolução, com no máximo 15 linhas para responder. As demais questões são objetivas de múltipla escolha. Apresentamos esses dados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1- Quantidade de questões da prova

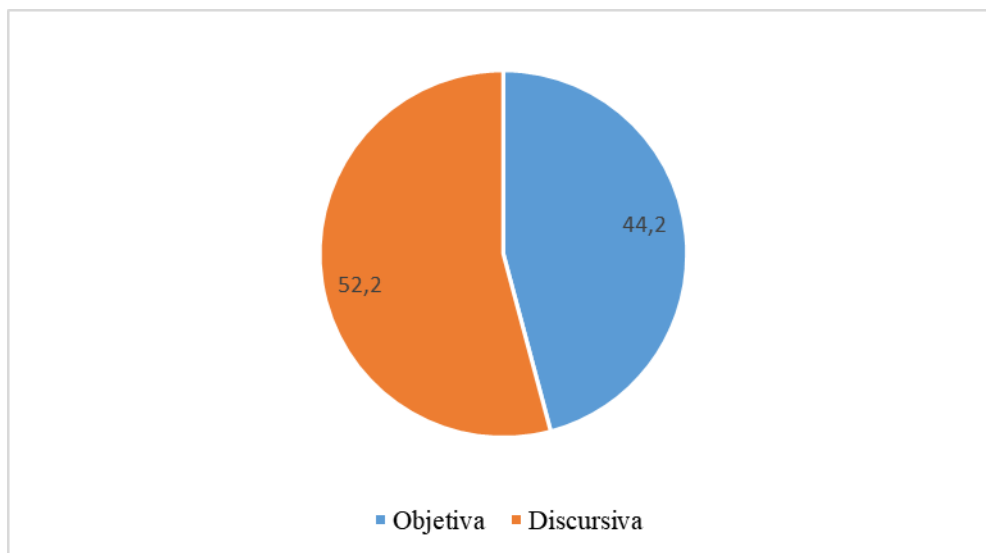
Quantidade de questões da prova	40
Questões conhecimento geral	10
✓ Objetivas	8
✓ Discursivas	2
Questões conhecimento específico	30
✓ Objetivas	27
✓ Discursivas	3

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

No final da prova há um questionário de percepção do estudante sobre a prova. São 9 questões de múltipla escolha, em que o estudante avalia o nível de facilidade ou dificuldade relativa à prova. Isso em relação a várias questões como, por exemplo, os enunciados das questões, extensão, se as informações foram suficientes, tempo gasto para fazer a prova etc.

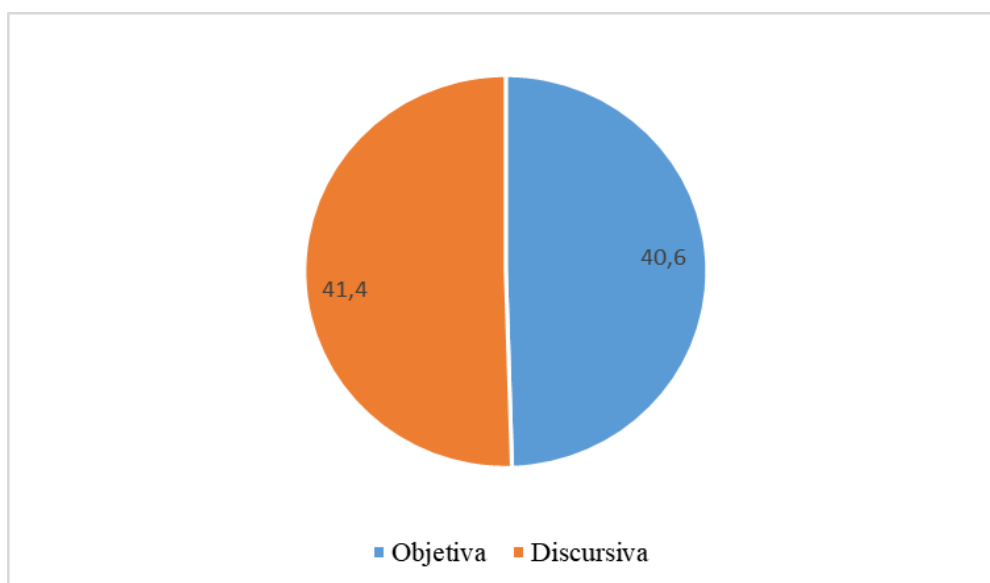
Ao analisarmos os percentuais de acertos dos estudantes nas questões de formação geral, percebemos que a maior parte se refere às questões discursivas, com 52,2%. No que se refere às questões objetivas o percentual é de 44,2%. Os valores foram bem aproximados e, nesse caso, consideramos que a diferença entre os percentuais é mínima, como observamos no gráfico 2. Da mesma maneira ocorreu com as questões de conhecimento específico, a diferença entre os percentuais é ainda menor. Nas questões objetivas o percentual de acertos foi de 40,6% e nas discursivas 41,4%, menos de 1% de diferença (Gráfico 3).

Gráfico 2- Percentual de acerto nas questões de formação geral



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Gráfico 3: Percentual de acerto nas questões de formação específica



Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

O relatório síntese apresenta os erros mais comuns dos estudantes no que se refere ao domínio da língua portuguesa. Elencamos no quadro 2 esses erros, o que evidencia uma notável lacuna na competência em relação a esse componente curricular que, em nossa análise tem origem desde a educação básica. Quando chegamos ao ensino superior e as exigências pela excelência na utilização da língua materna nos cerca, é o momento que encontramos dificuldades. Pois não estamos suficientemente preparados para um nível de ensino.

Em minha experiência quando ingressei no curso de pedagogia, tive muita dificuldade em relação a escrita, leitura de textos com grande volume de páginas, A interpretação de textos foi um desafio que me fez pensar em desistir do curso, em função de acreditar que não conseguiria me adaptar ao novo ambiente de aprendizagem. Isso, pode ocorrer com vários dos estudantes que desistem de fato. Muitos dos estudantes em função de motivos variados por ter passado por uma educação básica deficitária chegam ao ensino superior com deficiências de leitura e escrita. Esse fator pode ser um indutor de evasão de muitos estudantes nos primeiros semestres do ensino superior. Muitos se veem diante desta dificuldade e desistem do curso, por se acharem incapazes de superar essa lacuna. Sobre isso, Tourinho (2011, p. 342) afirma:

Realmente, na atualidade, é cada vez mais comum observarmos estudantes abandonarem o curso superior por sentirem que seus anseios não estão sendo atendidos, sobretudo quando não respondem ao ensino com a aprendizagem esperada. Sem levar em conta a possibilidade de não identificação com o curso, e descartando outras questões de ordem socioeconômica ou até pessoal, o problema com a absorção simples de conhecimentos do curso através da leitura tem se mostrado um fator relevante para a evasão no Ensino Superior, uma vez que a dificuldade de compreensão de textos por parte dos universitários é evidente quando da realização de tarefas que exigem interpretação, síntese, vocabulário etc.

Diante das dificuldades, os estudantes precisam da ajuda dos professores, a coordenação do curso, deve se aprofundar nesses casos, para evitar as desistências de imediato. Os desafios enfrentados pelos universitários são variados, porém com o apoio da comunidade acadêmica eles podem ser superados.

A dificuldade de interpretação de textos é algo recorrente. Percebemos essa lacuna presente na realidade de muita gente, até mesmo nas redes sociais, quando um texto é postado de forma explícita e as pessoas não compreendem o significado. Essa deficiência é proveniente também da falta de leitura, pois se praticarmos mais a leitura, haverá maior familiaridade com as palavras e uma ampliação do vocabulário, e, desta forma, redução do problema. O estudante universitário sofre no ensino superior ao se deparar com os textos científicos, cuja linguagem é diferente daquela que ele teve contato anteriormente. Confesso que passei por essa situação de apreensão quando ingressei na universidade, principalmente quando me deparei com as disciplinas de Filosofia e Sociologia da educação. Porém, ao passar do tempo fui conseguindo me adaptar melhor ao novo estilo de texto. Essa deficiência na interpretação dos textos é um fato que a maioria dos meus colegas curso relataram ao ingressar na universidade, e está evidenciado no relatório síntese do desempenho dos estudantes no Enade, comprovando a dificuldade. Segundo Tourinho (2011, p. 332):

De fato, para chegar à universidade, o aluno já deveria ter este entendimento de como ler e compreender um texto, pois é preciso que ele seja independente, criativo, capaz de buscar alternativas, formular hipóteses, estabelecer proposições originais, recombina elementos textuais, estabelecer novas relações do texto com experiências vividas e, assim, ter uma compreensão crítica e criativa da leitura em questão.

Essa competência descrita por Tourinho é algo que não se nota em boa parte dos estudantes de ensino superior e, conforme registramos, é uma lacuna deixada pela educação básica que, muitas vezes, a universidade não consegue suprir, refletindo, dessa forma, nos exames que os egressos se submetem.

Quadro 2: Maiores erros relacionados à língua Portuguesa/gramática

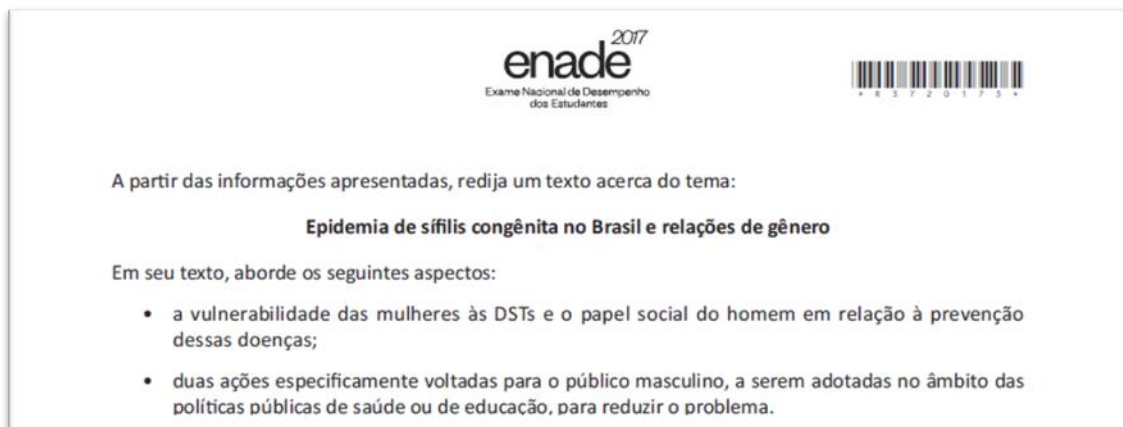
MAIORES ERROS
Dificuldade com a interpretação de textos;
Dificuldade na escrita com coerência e coesão;
Elaboração de frases fragmentadas que comprometam a estrutura lógico gramatical do texto;
Sequência justaposta de ideias sem encaixamentos sintáticos, reproduzindo hábitos da oralidade;
Elaboração de frase com apenas oração subordinada, sem oração principal;
Emprego equivocado do conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) comprometendo a expressão da relação lógica entre duas ideias, com prejuízo da clareza do texto;
Emprego do pronome relativo sem a preposição, quando obrigatória;
Repetição ou substituição inadequada de palavras sem o emprego dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo);
Emprego inadequado dos pronomes relativos “cujo (a)” e “onde”;
Utilização inadequada dos sinais de pontuação, comprometendo a clareza textual;
Inteligibilidade relacionada ao atendimento das exigências de estruturação textual.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Outra dificuldade que destaquemos, em relação ao desempenho dos estudantes se refere à elaboração de texto. Do mesmo modo que existe a lacuna no que se refere a interpretação, também existe na elaboração textual, sobretudo na construção de frases e textos que obedeçam às regras e estruturas gramaticais adequadas. As questões discursivas da prova,

apresentam esse desafio para os estudantes. Uma das competências é a elaboração de um texto sobre determinado assunto, como por exemplo, na questão dissertativa 01 de conhecimento geral:

Figura 1- Questão discursiva 01



enade²⁰¹⁷
Exame Nacional de Desempenho
dos Estudantes

A partir das informações apresentadas, redija um texto acerca do tema:

Epidemia de sífilis congênita no Brasil e relações de gênero

Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a vulnerabilidade das mulheres às DSTs e o papel social do homem em relação à prevenção dessas doenças;
- duas ações especificamente voltadas para o público masculino, a serem adotadas no âmbito das políticas públicas de saúde ou de educação, para reduzir o problema.

Fonte: Site do Inep.

Para o estudante responder à questão acima, ele necessitava, inicialmente, interpretar os três textos que antecedem ao enunciado da questão. Posteriormente, ele precisava ter as habilidades gramaticais para elaborar um texto argumentativo que abordasse os aspectos solicitados no enunciado da questão. Dessa maneira, ele demonstra não apenas os conhecimentos referentes à formação profissional, como aqueles relativos à formação mais ampla. Conforme consta no relatório síntese do Inep (BRASIL, 2017), para responder esta questão o estudante precisa dominar a “leitura, interpretação e produção de textos com clareza e coerência. Apresentamos abaixo as questões que foram consideradas difíceis e muito difíceis, de acordo com a comissão organizadora do relatório síntese. No campo à direita do quadro registramos a quantidade de questões e, entre parênteses, os números das questões.

Quadro 3- Questões classificadas como difíceis e muito difíceis.

QUESTÕES DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS GERAIS	
• OBJETIVAS	2 (3, 7)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (2)
QUESTÕES MUITO DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS GERAIS	
• OBJETIVAS	1 (1)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	-
QUESTÕES DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	
• OBJETIVAS	13 (12, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 32, 35)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (3)
QUESTÕES MUITO DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	
• OBJETIVAS	1 (29)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (5)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Em relação as questões objetivas, o relatório apresenta uma classificação para cada questão: muito fácil, fácil, médio, difícil e muito difícil. No caso das questões discursivas a base se apoia no percentual de acerto de cada uma delas. Dessa forma, a questão que apresentou um menor percentual de acerto, foi classificada como a “muito difícil” e consequentemente a seguinte como a “difícil”. Com base nesse parâmetro apresentamos nos apêndices (1 e 2) deste trabalho o tema/assunto abordado em cada questão, para que melhor compreensão sobre o desempenho dos estudantes na prova.

No quadro abaixo (4), elencamos os assuntos abordados nas questões de conhecimento específico. Os temas utilizados para elaboração das questões são relacionados aos conteúdos determinados pelas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia, com a intenção de avaliar as habilidades e competências dos estudantes. Esses temas são explorados nas disciplinas durante a nossa formação.

Quadro 4 - Conteúdo das questões de conhecimento específico

Nº Questão	Assunto abordado
Discursiva 03	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física; Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Discursiva 04	Planejamento e avaliação educacional; Planejamento, organização e gestão escolar e em outros espaços educativos.
Discursiva 05	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva; Políticas e práticas de articulação escola-comunidade e movimentos sociais.
Questão 09	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação educacional; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem.
Questão 10	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva; Libras.
Questão 11	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva.
Questão 12	Psicologia da Educação.
Questão 13	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 14	Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 15	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Pesquisa educacional.
Questão 16	Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Questão 17	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 18	Teorias pedagógicas e Didática; Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Questão 19	Teorias pedagógicas e Didática; Teorias e práticas de currículo; Gestão democrática educacional.
Questão 20	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira.
Questão 21	Alfabetização e letramento; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 22	Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia.
Questão 23	Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas.
Questão 24	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 25	Sociologia da Educação; Políticas e práticas de articulação escola-comunidade e movimentos sociais.
Questão 26	Alfabetização e letramento.
Questão 27	Trabalho e Educação.
Questão 28	Teorias pedagógicas; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Teorias e práticas de currículo.
Questão 29	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira; Práticas

	educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos;
Questão 30	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 31	História da Educação; Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 32	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira; Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 33	Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 34	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 35	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira;

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

A seguir iremos abordar quais foram as maiores dificuldades que os estudantes enfrentaram ao responder as questões, e por quantas vezes essa dificuldade se repetiu em toda a prova. Esses dados foram coletados do relatório síntese do Inep, com base nas questões que elencamos anteriormente como difíceis e muito difíceis. Vejamos abaixo o quadro 5:

Quadro 5- Dificuldades dos estudantes ao responder as questões

DIFICULDADE AO RESPONDER A QUESTÃO	Qde. de recorrência
Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.	5
Analisar e compreender as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional.	4
Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito.	2
Articular as produções teórico-práticas do campo do currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar.	2
Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.	1
Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade.	1

Desenvolver trabalho didático empregando os códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, bem como os conhecimentos pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos às áreas de conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar.	1
Planejar, implementar e avaliar projetos educativos contemplando e articulando a diversidade e as múltiplas relações das esferas social, cultural, ética, estética, científica e tecnológica.	1
Planejar, desenvolver e avaliar situações de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, observando as dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial.	1
Conhecer e desenvolver o processo de construção e avaliação do projeto político-pedagógico, de currículos e planejamento educacional.	1
Compreender as relações entre educação e trabalho, a diversidade cultural, a cidadania, entre outras problemáticas da sociedade contemporânea.	1

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

A dificuldade que mais aparece, conforme registrado no quadro 5, se refere a “Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental” (INEP, 2017, p. 436). Para ter um bom desempenho nessas questões, é sugerido que o estudante tenha conhecimento e domínio acerca do assunto “Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças (educação infantil), e dos jovens e adultos (EJA), conforme consta no relatório. (INEP, 2017, p. 437).

Marques e Carvalho (2016), definem prática educativa como o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem. Essa prática educativa é necessária para que ocorra o desenvolvimento da aprendizagem do estudante. É no momento da prática em sala de aula que o professor precisa dominar e utilizar as habilidades que foram aprendidas durante a sua formação acadêmica. Porém, o que os dados sugerem é que isso parecer ser um aspecto deficitário entre os estudantes de pedagogia em relação a este assunto que estamos abordando. No entanto as práticas educativas para o processo de aprendizagem é um tema importante na formação do professor, sobretudo do pedagogo que atua nos primeiros anos da escolarização. É por meio da prática no processo de ensino e aprendizagem que o aluno da educação infantil dos anos iniciais ou da educação de jovens e adultos (EJA) desenvolver habilidades e competências na construção do conhecimento.

O pedagogo em sua atuação em sala de aula, como professor, deve primar pelas práticas de ensino que sejam produtivas e que contribuam para a aprendizagem dos alunos. Agindo assim, ele estimula a atividade cognitiva. O ser humano naturalmente é inclinado à aprendizagem, porém é necessário que seja estimulado para isso. Da mesma forma que os bebês precisam de estímulo para começar a falar as primeiras palavras, andar, comer etc. as demais atividades práticas e cognitivas dos seres humanos também devem ser provocadas.

A segunda dificuldade mais recorrente que notamos nos estudantes de pedagogia que realizaram o Enade em 2017 se refere à “Análise e compreensão das políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional” (INEP, 2017, p. 439). O exame procurou perceber se os estudantes tinham conhecimentos sobre “Políticas, organização e financiamento da educação brasileira” (INEP, 2017, p. 439). Trata-se de um assunto importante para a formação do pedagogo, porém pouco estudada durante sua formação. Tenho lembrança que durante todo o curso, apenas houve a ministração de uma disciplina que abordava sobre política educacional. Por se tratar de um conteúdo que abrange vários enfoques, acaba sendo visto de forma muito superficial na educação superior. Uma disciplina de apenas 60 horas aulas consequentemente pode deixar lacunas em relação a temática. Porém cabe ao estudante se propor a buscar por conta própria ou pedindo orientação aos professores, um maior aprofundamento sobre o assunto. Esse é um relato do que ocorreu comigo e pode ser que ocorra também com outras pessoas.

Há um exemplo acerca desta temática na questão de número 35 (INEP, 2017, p. 36), que aborda a capacidade de o estudante argumentar sobre o financiamento da educação pública no Brasil. Deste modo a questão exigia que ele compreendesse como acontece a dinâmica de funcionamento do financiamento da educação básica no Brasil. Para solucionar a questão de forma satisfatória seria necessário que o aluno dominasse um perfil “[...] comprometido com a fundamentação epistemológica implicada nos estudos teórico-práticos, na investigação e na reflexão crítica no campo da educação, tendo em vista os conhecimentos filosófico, histórico, antropológico, ambiental-ecológico, psicológico, linguístico, sociológico, político, econômico e cultural. ” (INEP, 2017, p. 439).

Figura 2 - Questão objetiva 35

QUESTÃO 35

Historicamente, o financiamento da escola pública no Brasil tem sido um direito conquistado com muitas lutas, especialmente para garantir o acesso e a permanência da classe trabalhadora nessa instituição. Desde que a educação era uma espécie de concessão do rei de Portugal aos jesuítas até a vinculação para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a história do financiamento da educação se concentra no movimento por preservação, restabelecimento e aumento dos percentuais de vinculação.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime**: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. Brasília, 2006 (adaptado).

Tendo como referência a política de financiamento vigente no Brasil, avalie as afirmações a seguir.

- I. Os percentuais mínimos, estabelecidos constitucionalmente, que os entes federados devem vincular para serem aplicados na MDE são: 18% pelo governo federal, 25% por estados e Distrito Federal e 30% por municípios.
- II. Os municípios devem atuar na Educação Infantil e, com prioridade, no Ensino Fundamental, podendo oferecer outros níveis apenas quando estiverem atendidas, na plenitude, as necessidades de sua área de competência.
- III. A não aplicação pelo município do percentual mínimo obrigatório resultante da receita de impostos em MDE pode acarretar a intervenção do Estado, a rejeição das contas pelo Tribunal de Contas, a impossibilidade de celebração de convênios com o estado e a União e a perda de assistência financeira tanto pelo Estado quanto pela União.
- IV. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil, é constituído por 20% de recursos distribuídos aos estados e seus municípios, proporcionalmente ao número de escolas públicas existentes em cada um deles.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e IV.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, II e IV.

Fonte: Site do Inep.

Dando sequência às nossas análises, o terceiro lugar em dificuldade dos estudantes no exame está relacionado a “Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito” (INEP, 2017, p. 434). Essa categoria foi destaque em duas questões da prova. Essa dificuldade foi percebida nas questões de conhecimento geral, de número 01 e 03. A temática abordada nessas questões são respectivamente: globalização, política internacional, meio ambiente e responsabilidade social. São assuntos que abrangem não apenas a área de pedagogia, mais toda a formação humana do estudante.

A questão 01 apresenta gráficos com informações que demandam interpretação para solucioná-la. Do mesmo modo a de número 03, que contempla tabela com dados que deveriam ser interpretados. A dificuldade de interpretação dos estudantes parece ser um fenômeno que tem origem na educação básica, e continua arraigada no ensino superior. Durante o período da educação básica geralmente somos estimulados a praticar a famosa “decoreba” fixando a aprendizagem nos conceitos que serão exigidos nas avaliações, de modo

que não analisamos, nem compreendemos de forma mais consistente os assuntos, fato que gera essas dificuldades no ensino superior. Segundo Motta (2010, p.5):

O fracasso escolar também se deve à avaliação, largamente empregada nas escolas, que é vulgarmente promotora da “decoreba”, que pouco estimula o raciocínio, e ocupa momentaneamente a memória descartável com informações que serão exigidas no dia da prova, e que posteriormente desaparecerão do cérebro como se nunca tivessem existido. Assim, quando os alunos são solicitados a produzir um texto, não conseguem encontrar nas experiências anteriores requisitos que os auxiliem.

Embora no caso do Enade a avaliação se baseie em competências e habilidades, há necessidade de o estudante ter conhecimento dos saberes da área, o que requer minimamente que ele tenha essas informações na mente. Mas, parece que, tal qual a educação básica, o ensino superior também tende a reproduzir as práticas pedagógicas daquele outro nível escolar, uma vez que centra os esforços na reprodução de informações. Assim, no momento de uma avaliação como o Enade, o estudante se depara com as dificuldades que o acompanharam durante toda a formação acadêmica.

Com relação às demais dificuldades dos estudantes na prova do Enade, destacamos a capacidade de “Articular as produções teórico-práticas do campo do currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar” (INEP, 2017, p. 437). Esse também foi um erro recorrente entre os estudantes. Os assuntos abordados nas questões em que os estudantes apresentaram essa dificuldade, envolvem as temáticas relacionadas às teorias pedagógicas, didáticas, planejamento, pesquisa educacional e conteúdos e metodologias de ensino de diversas disciplinas.

Sabemos que o curso de pedagogia tem uma abrangência ampla em relação para atender ao escopo de atuação do profissional, e isso, portanto, extensa quantidade de saberes e componentes curriculares em pouco tempo de formação, o que acaba se tornando um curso pulverizado, ou seja, com muitas disciplinas de baixa carga horária que não favorece o aprofundamento em nenhum assunto. Isso faz com que a formação do egresso se torne aligeirada, superficial em vários saberes que são fundamentais para que consiga construir competências necessários para a compreensão do seu universo de atuação profissional.

Entre todas as dificuldades apontadas no relatório síntese do Enade do ano de 2017, relativas ao desempenho dos estudantes dos cursos de pedagogia, destacamos, ao nosso entendimento, as mais importantes e recorrente para discutir. Embora não tenhamos esgotado as análises, muito menos as dificuldades apresentadas, consideramos que oferecemos uma contribuição, ou, ao menos, chamamos a atenção para esse assunto.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho teve como objetivo analisar o desempenho dos estudantes dos cursos de pedagogia na prova do Enade da edição do ano de 2017. Os resultados apontam para um desempenho não satisfatório. No entanto, não podemos nos ater somente a esse indicador para dizer que os estudantes não tiveram uma boa formação. Outros aspectos precisam ser considerados, como o fator emocional no qual o estudante se encontra naquele momento. Existe uma pressão psicológica em relação a exigência de um bom desempenho, isso tanto por parte do próprio estudante, como, também, das instituições de ensino que almejam receber uma nota significativa no referido curso avaliado. Há ainda o tempo para a realização do exame, em relação à quantidade de questões apresentadas e sua complexidade. O percurso formativo e a evolução do estudante não são capturados pelo exame.

Não obstante, os dados acendem uma luz de alerta que precisa ser considerada sobre a qualidade da formação dos pedagogos uma vez que o Enade embora não possa ser considerando sozinho, em si mesmo, também não pode ser desprezado.

Um destaque relevante que podemos observar na análise dos dados é referente aos temas abordados com maior dificuldade dos estudantes, a escrita da língua materna e a interpretação de texto foram recorrentes, principalmente nas questões discursivas. Isso tem origem, em nossa visão, na educação básica do estudante, conforme mencionamos anteriormente. Uma educação básica que se revela deficiente pode causar prejuízos muito além da escolarização.

Conseguimos perceber que a falta de prática na leitura e na escrita evidencia muitos erros/dificuldades dos estudantes. Para Tanzawa e Pullin (2012, p.122), no âmbito acadêmico e, principalmente, profissional, a escrita precisa ser uma ferramenta de trabalho de qualidade. São inúmeros os estudantes que chegam no ensino superior com muitas dificuldades e falta de hábito na leitura, e isso dificulta, consequentemente, na escrita e na interpretação de texto.

Outro fator que merece uma maior atenção é a dificuldade dos estudantes em relação às práticas educativas na educação infantil e na EJA. Trata-se de assuntos importantes, que dizem respeito à atividade profissional e foram as que mais eles apresentaram dificuldades nas respostas. Acreditamos que os currículos deveriam contemplar uma carga horária maior em relação a parte prática do curso, como, por exemplo, os estágios supervisionados, e, também, mais atividades práticas durante os momentos em sala de aula. Pois as maiores dificuldades encontradas na profissão são percebidas no momento que o egresso se depara com a realidade

de uma sala de aula, e encontra desafios diferentes dos que ele vivenciou durante sua formação.

Observamos também que algumas questões envolvem vários assuntos diferentes, sugerindo uma interdisciplinaridade, prática pouco comum no percurso formativo do pedagogo e, acreditamos, nos cursos do ensino superior de maneira geral. Acreditamos que nosso trabalho possa contribuir para futuras pesquisas nesse seguimento, bem como com a reflexão sobre algumas lacunas na formação docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> > Acesso em 05 jan. 2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 1, p. 131-152, 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a08v13n1.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2020.

BRITO, Márcia Regina Ferreira de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 841-850, 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/14.pdf>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

DE MATOS, Kelly Uchôa Hagenbeck Sobral; CHAGAS, Sylvia Oliveira; DE MENEZES, Cassio Roberto Conceição. ENADE: O Desafio de uma avaliação do ensino superior eficaz para as instituições de ensino. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: < <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/2349/566>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. **O Enade como indutor da qualidade da educação superior**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set/dez. 2012. Disponível em: < <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1920>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatórios do Enade de 2017**. Brasília. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/relatorios>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Portaria normativa nº 130, de 14 de Julho de 1993, que cria o Programa de Avaliação Institucional nas Universidades Brasileira. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, n. 133, de 15/07/1993, Seção 1, p. 9881. 1993. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1168378/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-07-1993>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2021.

MALHOTRA, Naresh Kumar. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 720.

MARQUES, Eliana de Sousa Alencar; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 21, n. 35, jul./dez, p. 122-142, 2016. Disponível em <<https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7449>>. Acesso em 30 out. 2020.

MOTTA, Íride Luiza de Oliveira Murari. Dificuldades na escrita dos alunos de ensino superior: uma análise das narrativas escritas dos alunos da Faculdade Eduvale. **Motivação no serviço público educacional de Rondonópolis.**, p. 20, 2010. Disponível em <http://eduvalesl.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/LSGowDfu5iUfJnK_2015-12-18-21-48-8.pdf>. Acesso em 30 out. 2020.

RECKTENVALD, Marcelo; SILVEIRA, Amélia. **Entendendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. 2005. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96972/Marcelo%20Recktenvald.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 17 de Agosto de 2021.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006. Disponível em <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2020.

TANZAWA, Elaine Cristina Liviero; PULLIN, Elsa Maria Mendes Pessoa. Lecturas prescritas y prácticas de lectura de estudio en la Enseñanza superior. **Psicología Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 265-274, 2012. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/pee/a/qx4gnfhy3vs4qGBXqyZ9R5B/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

TOURINHO, Cleber. Refletindo sobre a dificuldade de leitura em alunos do ensino superior: “deficiência” ou simples falta de hábito. **Revista Lugares de Educação**, v. 1, n. 2, p. 325-346, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/10966>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 52, p. 291-310, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 de Outubro de 2020.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 827-831, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>>. Acesso em: 26 de Agosto de 2020.

APÊNDICE

Apêndice 1: Dados gerais.

ENADE 2017- PEDAGOGIA	
TOTAL DE ALUNOS INSCRITOS	132.579
ALUNOS PRESENTES	113.651
ALUNOS AUSENTES	18.928
QUANTIDADE DE QUESTÕES DA PROVA	40
QUESTÕES CONHECIMENTO GERAL	10
• OBJETIVAS	8
• DISCURSIVAS	2
QUESTÕES CONHECIMENTO ESPECÍFICO	30
• OBJETIVAS	27
• DISCURSIVAS	3
QUANT. QUESTÕES OBJ. DIFÍCEIS (CG)	2 (3,7)
QUANT. QUESTÕES OBJ. MUITO DIFÍCEIS (CG)	1 (1)
QUANT. QUESTÕES OBJ. DIFÍCEIS (CE)	13 (12, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 32, 35)
QUANT. QUESTÕES OBJ. MUITO DIFÍCEIS (CE)	1 (29)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade.

Apêndice 2: Classificação de questões difíceis e muito difíceis.

QUESTÕES DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS GERAIS	
• OBJETIVAS	2 (3,7)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (2)
QUESTÕES MUITO DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS GERAIS	
• OBJETIVAS	1 (1)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	-
QUESTÕES DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	
• OBJETIVAS	13 (12, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 32, 35)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (3)
QUESTÕES MUITO DIFÍCEIS DE CONHECIMENTOS ESPECIFICOS	
• OBJETIVAS	1 (29)
• DISCURSIVAS *Classificação feita com base na média de cada questão.	1 (5)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade.

Apêndice 3: Assuntos/Temas abordados nas questões de Conhecimento Geral

CONTEÚDO DAS QUESTÕES DE CONHECIMENTO GERAL DA PROVA DE PEDAGOGIA – ENADE 2017	
Nº da Questão	Assunto abordado
Discursiva 01	Ética, democracia e cidadania; Responsabilidade social; Sociodiversidade e multiculturalismo
Discursiva 02	Ética democracia cidadania; Sociodiversidade e multiculturalismo.
Questão 01	Globalização e política internacional.

Questão 02	Vida urbana e vida rural; Relações de trabalho; Ciência, tecnologia e sociedade.
Questão 03	Meio ambiente; Responsabilidade social.
Questão 04	Tecnologias de Informação e Comunicação; Ciência, tecnologia e sociedade.
Questão 05	Inovação tecnológica; meio ambiente.
Questão 06	Processos migratórios; Relações de trabalho.
Questão 07	Cultura e arte.
Questão 08	Responsabilidade social; Ética, democracia e cidadania; Sociodiversidade e multiculturalismo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade.

Apêndice 4: Assuntos/Temas abordados nas questões de Conhecimento Específico

CONTEÚDO DAS QUESTÕES DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO DA PROVA DE PEDAGOGIA – ENADE 2017	
Nº da Questão	Assunto abordado
Discursiva 03	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física; Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Discursiva 04	Planejamento e avaliação educacional; Planejamento, organização e gestão escolar e em outros espaços educativos.
Discursiva 05	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva; Políticas e práticas de articulação escola-comunidade e movimentos sociais.
Questão 09	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação educacional;

	Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem.
Questão 10	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva; Libras.
Questão 11	Diferença, Diversidade e Educação inclusiva.
Questão 12	Psicologia da Educação.
Questão 13	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 14	Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 15	Teorias pedagógicas e Didática; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Pesquisa educacional.
Questão 16	Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Questão 17	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 18	Teorias pedagógicas e Didática; Políticas de Infância e Linguagens expressivas na infância.
Questão 19	Teorias pedagógicas e Didática; Teorias e práticas de currículo; Gestão democrática educacional.
Questão 20	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira.
Questão 21	Alfabetização e letramento; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 22	Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia.
Questão 23	Tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas.
Questão 24	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.

Questão 25	Sociologia da Educação; Políticas e práticas de articulação escola-comunidade e movimentos sociais.
Questão 26	Alfabetização e letramento.
Questão 27	Trabalho e Educação.
Questão 28	Teorias pedagógicas; Planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem; Teorias e práticas de currículo.
Questão 29	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos;
Questão 30	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física.
Questão 31	História da Educação; Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 32	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira; Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 33	Identidade e especificidades do trabalho docente.
Questão 34	Conteúdos e metodologias específicas do ensino de: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes e Educação Física; Práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, jovens e adultos.
Questão 35	Políticas, organização e financiamento da educação brasileira;

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade.

Apêndice 5: Dificuldades ao responder as questões de Conhecimento Geral

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS QUESTÕES DISCURSIVAS DE CONHECIMENTO GERAL - ENADE 2017	
Nº da Questão	Dificuldade ao responder a questão
Discursiva 02	Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Apêndice 6: Dificuldades ao responder as questões de Conhecimento Geral

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS QUESTÕES OBJETIVAS DE CONHECIMENTO GERAL - ENADE 2017	
Nº da Questão	Dificuldade ao responder a questão
Questão 01	Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito.
Questão 03	Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito.
Questão 07	Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Apêndice 7: Dificuldades ao responder as questões de Conhecimento específico

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS QUESTÕES DISCURSIVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO - ENADE 2017	
Nº da Questão	Dificuldade ao responder a questão
Discursiva 03	Desenvolver trabalho didático empregando os códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, bem como os conhecimentos pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos às áreas de conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar.
Discursiva 05	Planejar, implementar e avaliar projetos educativos contemplando e articulando a diversidade e as múltiplas relações das esferas social, cultural, ética, estética, científica e tecnológica.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade

Apêndice 8: Dificuldades ao responder as questões de Conhecimento específico

DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS QUESTÕES OBJETIVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO - ENADE 2017	
Nº da Questão	Dificuldade ao responder a questão
Questão 12	Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
Questão 15	Articular as produções teórico-práticas do campo do currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar.
Questão 18	Planejar, desenvolver e avaliar situações de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, observando as dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial.
Questão 19	Conhecer e desenvolver o processo de construção e avaliação do projeto político-pedagógico, de currículos e planejamento educacional.
Questão 20	Analisar e compreender as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional.
Questão 21	Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
Questão 22	Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
Questão 24	Articular as produções teórico-práticas do campo do currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar;
Questão 26	Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Questão 27	Compreender as relações entre educação e trabalho, a diversidade cultural, a cidadania, entre outras problemáticas da sociedade contemporânea.
Questão 28	Compreender as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.
Questão 29	Analisar e compreender as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional.
Questão 32	Analisar e compreender as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional.
Questão 35	Analisar e compreender as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação, bem como os textos legais relativos à organização da educação nacional.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos relatórios síntese do Enade.